

PROVA OBJETIVA – CONHECIMENTOS GERAIS

1. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) As novas regras que põem fim à verticalização nas coligações partidárias não poderão ser aplicadas às eleições de 2006, segundo definiu o Supremo Tribunal Federal.
- b) Segundo o Supremo Tribunal Federal, as minorias parlamentares do Senado não têm direito de instaurar CPIs.
- c) O Supremo Tribunal Federal, em sessão histórica, assentou que os servidores inativos também devem contribuir para a Previdência.
- d) Consoante decidiu o Supremo Tribunal Federal o estado federado não pode proibir o cultivo, a manipulação ou a industrialização de transgênicos em seu território.
- e) O Conselho Nacional de Justiça editou resolução, recentemente, proibindo a prática de nepotismo no Poder Judiciário, fazendo valer os princípios da impessoalidade e da moralidade, previstos na Constituição.

2. Assinale, dentre as alternativas abaixo, a correta.

No final de 2005, após dois anos, encerrou-se o mandato brasileiro no Conselho de Segurança da ONU. Tal conselho é órgão com poder para autorizar ações internacionais, e é composto por quinze países, sendo que cinco deles são considerados membros permanentes. Entre os países listados abaixo, assinale qual deles não faz parte do Conselho de Segurança da ONU na condição de membro permanente:

- a) França.
- b) Alemanha.
- c) Rússia.
- d) Estados Unidos.
- e) China.

3. Quando os assuntos são terrorismo e democracia ameaçada, podemos afirmar corretamente o seguinte:

- a) As generalizações em torno de “bem” e “mal”, usada por fundamentalistas orientais e ocidentais, têm criado o risco de perda dos direitos humanos conquistados após a Segunda Guerra Mundial.
- b) A expressão banalidade do mal usada por Hannah Arendt leva a conclusão de que o mal cometido pode aparecer como se fosse banal. Trata-se, no caso do nazismo, de cumprimento de ordens por funcionários dedicados, em total submissão a valores externos e não-questionados. Quanto menos críticos os indivíduos mais se sujeitam a regras que não conhecem.
- c) O Oriente é visto pelos radicais de cá como o “Eixo do Mal”, enquanto os de lá classificam os EUA como o “Grande Satã”.
- d) Fundamentalistas religiosos fazem parte de grupos radicais de todas as religiões que objetivam impor a qualquer custo sua verdade a outros.
- e) Todas as alternativas estão corretas.

4. Assinale a alternativa correta:

- a) Neste ano de 2006 comemora-se o sesquicentenário de nascimento do compositor austríaco Wolfgang Amadeus Mozart.
- b) O mais novo Estado a ser admitido na ONU é a Sérvia e Montenegro.
- c) No Brasil, atualmente, documentos eletrônicos criptografados ainda não têm valor jurídico.
- d) O grupo Hamas venceu recentes eleições parlamentares palestinas.
- e) A recente nacionalização do petróleo pela Bolívia, seguiu modelo já adotado pelo Chile e pela Venezuela.

5. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) A hanseníase, mal que atualmente atinge cerca de 80 mil brasileiros e coloca o Brasil na vergonhosa posição de segundo colocado em número absoluto de pacientes – perdendo tão-somente para a Índia que possui uma população cinco vezes maior que a nossa –, no ano passado, atingiu mais 38 mil casos, segundo o Ministério da Saúde.
- b) O nacionalismo do presidente da Bolívia, Evo Morales, fez com que no feriado de 1º de maio de 2006, sem aviso prévio diplomático, fosse o campo de produção de gás da Petrobrás de San Alberto, no sul daquele país, invadido e cercado por forças militares armadas, dando início à nacionalização do setor de hidrocarburetos – gás e petróleo.
- c) Após a morte do líder religioso do Irã em 1989, aiatolá Ruhollah Khomeini, assumiu em seu lugar o presidente Mahmoud Ahmadinejad que com seu perfil discreto e pragmatismo político vem sendo apontado como o representante maior da política iraniana para encontrar uma solução ao impasse nuclear com os EUA.
- d) A política adotada pelo presidente da Venezuela Hugo Chávez, tem causado preocupação às autoridades, especialmente porque recentemente a Venezuela adquiriu várias e modernas armas, dentre elas fuzis russos AK 103, submarinos, veículos blindados e caças supersônicos, provocando desequilíbrio de forças em seu favor, combinado com recentes intervenções políticas em países vizinhos.
- e) Brasil, em 30 de março de 2006, contribuiu para o lançamento de seu primeiro astronauta ao espaço, tenente-coronel da Força Aérea Brasileira Marcos César Pontes.

6. Assinale a alternativa correta:

- a) A duplicação da BR-101, mais importante rodovia federal que corta o território catarinense, foi iniciada e totalmente concluída no trecho que vai do município de Palhoça até Garuva, na divisa com o Estado do Paraná, ao Norte, quando Itamar Franco foi Presidente da República.
- b) Comemorou-se festivamente, a 5 de janeiro de 2005, o aniversário dos 500 anos de fundação da cidade de São Francisco do Sul, a mais antiga de Santa Catarina.
- c) A Novembrada é episódio assim cognominado a manifestação popular e estudantil coordenada pelo DCE em 1979, na Praça XV de Novembro e adjacências, quando da vinda do Gen. João Batista de Figueiredo, então Presidente da República, a esta Capital para participar de solenidades oficiais, como a criação de placa de homenagem a Floriano Peixoto e a liberação de recursos para a criação de usina siderúrgica. Na ocasião registraram-se agressões a membros da comitiva presidencial, destacando-se um tapaço na região auricular do Ministro das Minas e Energia, Cesar Cals; a prisão de sete estudantes, enquadrados na lei de segurança nacional e a apreensão do material de filmagem da TV Cultura.
- d) Os três últimos Presidentes do Tribunal de Justiça que exerceram interinamente o cargo de Governador do Estado foram os Des. João Martins, Jorge Mussi e Pedro Manoel Abreu.
- e) O Desembargador João Martins exerceu tal cargo, durante seu mandato, em duas ocasiões, a última das quais por 1 (um) mês e 15 (quinze) dias.

7. Assinale, dentre as proposições abaixo, a correta:

- I. O município de Içara é o maior produtor de mel do Brasil.
  - II. O município de Seara, localizado na região oeste do Estado de Santa Catarina, também é conhecido como a “Capital Brasileira do Chester”.
  - III. O município de Videira é o maior produtor de uvas do Estado de Santa Catarina.
  - IV. O município de São Martinho é considerado pelo Vaticano a Capital Mundial das Vocações Sacerdotais, pelo grande número de padres que gerou.
  - V. Brusque foi a primeira cidade da América do Sul a ter um plebiscito computadorizado.
- a) Apenas as proposições I, II e III estão corretas.
  - b) Apenas as proposições I, III e V estão corretas.
  - c) Apenas a proposição IV está incorreta.
  - d) Todas as proposições estão corretas.
  - e) Apenas as proposições I e IV estão corretas.

8. Assinale a alternativa **INCORRETA** em relação ao Estado de Santa Catarina:
- a) Seus Portos mais importantes são o de Itajaí, São Francisco do Sul e Imbituba.
  - b) Seu ponto culminante é o Morro do Cambirela, com 2.021 m. de altura.
  - c) A estrada do “Rio do Rastro” é uma das ligações do Litoral com o Planalto.
  - d) O Vale do Rio do Peixe congrega os municípios do médio oeste catarinense.
  - e) Limita-se ao Leste com o Oceano Atlântico.
9. Assinale a alternativa **INCORRETA**:
- a) O rio Peperi-Guaçu situa-se na linha da fronteira do Estado com a Argentina.
  - b) O pólo agro-industrial catarinense localiza-se entre o Vale do Rio do Peixe e o Extremo Oeste.
  - c) Treze Tílias ostenta forte herança cultural tirolesa.
  - d) Os morros da Boa Vista e da Igreja são os mais altos de Santa Catarina.
  - e) Santa Catarina abriga quatro importantes portos marítimos, quais sejam, de São Francisco do Sul; de Itajaí; de Araranguá e de Imbituba.
10. Assinale a alternativa correta:
- a) O maior município catarinense em extensão territorial é Joinville, seguido de Lages, sendo os menores Campo Belo do Sul e Abelardo Luz.
  - b) A pecuária bovina de extensão caracteriza a economia da região Oeste, em que também é forte a indústria metal-mecânica, principalmente em São Miguel do Oeste, Chapecó e Rio do Oeste.
  - c) O rio Itajaí-Açu, um dos mais importantes do estado, é formado a partir da junção dos rios Itajaí e Itajaí Mirim.
  - d) No Planalto Norte está a mais antiga colônia nipônica de Santa Catarina.
  - e) O Sul catarinense conta com um subsolo rico com destaque para a produção de carvão mineral em Criciúma, e as águas termais em Tubarão e Gravatal.
11. Leia e, ao final, responda.
- I. Em Caçador, na estação ferroviária, está localizado o epicentro da revolução brasileira mais sangrenta, conhecida como Guerra do Contestado, na mesma cidade sendo conservado o principal acervo do conflito no Museu Histórico e Antropológico do Contestado.
  - II. Curitiba foi palco do teatro de guerra em 3 episódios históricos: a Revolução Farroupilha (1835-45); a Revolução Federalista (1893-95) e a Guerra do Contestado (1912-16).
  - III. A capital de Santa Catarina, inicialmente conhecida como Desterro, passou, antes da Proclamação da República, em 1888, por projeto apresentado por Virgílio Várzea, a chamar-se Ondina, mas por pouco tempo, porque logo após a vitória contra os federalistas e a Armada Revoltosa, em 17 de maio de 1894, por proposta do desembargador Genuíno Firmino Vidal Capistrano, apresentada no Teatro Santa Izabel e aprovada em 10 de setembro daquele ano, passou a chamar-se Florianópolis.
  - IV. A capitania de Santa Catarina foi criada em 1739, tendo como seu primeiro governador o brigadeiro José da Silva Paes, com jurisdição em todo o litoral, desde São Francisco até Laguna.
  - V. Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, considerado a Casa da Memória Catarinense e mais antiga instituição científica e cultural de caráter civil no Estado, foi fundado por José Boiteux em 1996, então Secretário da Justiça do Governador Hercílio Luz, mesmo ano em que seu irmão, o capitão da marinha Henrique Boiteux, elaborou e expôs a público os estudos sobre as armas e a bandeira do Estado.

Estão corretas:

- a) Somente as proposições I, II e III.
- b) Somente as proposições III, IV e V.
- c) Somente as proposições I e V.
- d) Somente as proposições I, II, IV e V.
- e) As proposições I, II, III, IV e V.

12. Em 31 de março de 1964, quando irrompeu a Revolução chefiada pelos principais Líderes Militares, que depôs o Presidente João Goulart, era Governador do Estado:
- a) Antônio Carlos Konder Reis.
  - b) Colombo Machado Salles.
  - c) Jorge Konder Bornhausen.
  - d) Ivo Silveira.
  - e) Pedro Ivo Figueiredo de Campos.

13. Em relação à guerra do Contestado é correto afirmar:

- I. Contestado foi o nome dado à região disputada por Paraná e Santa Catarina, situada entre os rios Negro, Iguaçu, Uruguai e a fronteira da Argentina.
- II. Em 1904, o Supremo Tribunal Federal deu ganho de causa às pretensões de Santa Catarina sobre a área de litígio, pondo fim a disputa territorial.
- III. Este conflito opôs, de um lado, as forças do governo federal e dos Estados do Paraná e de Santa Catarina e, de outro, milhares de camponeses.
- IV. A questão de limites entre Paraná e Santa Catarina tem início com a construção de um trecho da estrada de ferro São Paulo – Rio Grande; pela companhia Brazil Railway S.A.
- V. Em 20/10/1916, o Presidente da República, juntamente com os governadores, de Santa Catarina e Paraná, assinaram o Acordo de Limites, pondo fim ao litígio territorial.

Estão corretas:

- a) Apenas as proposições II, IV e V estão corretas.
- b) Apenas as proposições I, III e V estão corretas.
- c) Apenas as proposições III e IV estão corretas.
- d) Apenas as proposições I, II, e IV estão corretas.
- e) Apenas as proposições I, II, III e V estão corretas.

14. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Após a queda da monarquia, Deodoro da Fonseca nomeou o primeiro governador do Estado, Lauro Severiano Müller, que era natural de Itajaí.
- b) A Fortaleza de Santo Antônio, construída em 1749 para evitar invasões estrangeiras, foi totalmente restaurada e está localizada na Praia do Forte em Florianópolis.
- c) Vitor Meirelles de Lima, nascido em Desterro, no ano de 1832, e que viveu momentos de glória e esquecimento ao longo de sua vida, executou fora do Brasil sua obra mais conhecida: *a Primeira Missa*, tendo pintado mais tarde as obras históricas, *O Combate Naval do Riachuelo* e *Passagem de Humaitá*.
- d) Resolvidas as questões de limites em 1916, no ano de 1917 o Estado de Santa Catarina criou os municípios de Chapecó, Joaçaba, Porto União e Mafra, cujo movimento migratório era de descendentes italianos, alemães e poloneses que haviam emigrado principalmente para o Rio Grande do Sul.
- e) O Brigadeiro José da Silva Paes, governador da Ilha de Santa Catarina, foi um dos responsáveis maiores pela vinda dos imigrantes açoreo-madeirenses ao litoral de Santa Catarina.

15. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) A Lagoa do Peri, maior lagoa de Florianópolis, com área aproximada de 5,2 Km<sup>2</sup>, possui água doce utilizada para abastecimento de algumas regiões do Município.
- b) Florianópolis, Capital do Estado de Santa Catarina e que totaliza aproximadamente 436,5 Km<sup>2</sup>, sendo 424,4 Km<sup>2</sup> na Ilha e 12,1 Km<sup>2</sup> na parte continental, firmou-se como grande pólo turístico estadual e nacional, guardando até hoje, em bairros como Ribeirão da Ilha e Santo Antônio de Lisboa, marcas da colonização açoriana.
- c) O Município de Nova Trento caracteriza-se por ser a segunda maior Estância Turístico Religiosa do Brasil, possuindo dois santuários: o Santuário de Santa Paulina e o de Nossa Senhora do Bom Socorro.
- d) O milho, principal produto agrícola de Santa Catarina, cultivado no planalto basáltico, assegura ração adequada para a criação de suínos que, por sua vez, experimenta grande progresso em razão do desenvolvimento dos frigoríficos especializados no processamento da carne.
- e) A pesca em Santa Catarina, principalmente a praticada em moldes artesanais, desempenha importante papel na economia do Estado e se desenvolve sobretudo nos municípios de Florianópolis, Navegantes e Itajaí.

16. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) As maiores plantações catarinenses de maçã situam-se em São Joaquim e Fraiburgo.
- b) Nas cidades de Criciúma, Içara, Siderópolis, Lauro Müller e Urussanga há exploração mineral de carvão.
- c) A Marejada celebra tradições portuguesas e é realizada no mês de outubro na cidade de Itajaí.
- d) Na estrutura fundiária de Santa Catarina predominam os minifúndios e pequenas propriedades.
- e) A indústria têxtil e do vestuário em Santa Catarina está concentrada na região norte catarinense.

17. O desterrense advogado do estado de Santa Catarina na célebre disputa com o estado do Paraná sobre os limites entre ambos os estados e que chegou a ser Ministro da Justiça ao tempo do Império foi:

- a) José Ferreira de Mello.
- b) Felipe Schmidt.
- c) Manoel da Silva Mafra, o Conselheiro Mafra.
- d) Feliciano Nunes Pires.
- e) Alfredo d'Escragolle Taunay, o Visconde de Taunay.

18. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Curitiba, embora seja o maior produtor de alho do Estado, não é considerada a Capital catarinense do produto.
- b) Ituporanga é cognominada a Capital Nacional da Cebola.
- c) Massaranduba e Corupá são os maiores produtores de arroz e banana de Santa Catarina.
- d) Florianópolis destaca-se na maricultura como o maior produtor nacional de ostras.
- e) São Bento do Sul é o maior polo moveleiro do Estado.

19. Assinale a alternativa correta.
- a) O livro de estréia de Cruz e Souza foi publicado integralmente no semanário *O Moleque*.
  - b) Cruz e Souza foi redator chefe do semanário *O Moleque* por seis meses, tendo neste cargo sofrido grande isolamento por questões preconceituosas na cidade de Nossa Senhora do Desterro.
  - c) Cruz e Souza redigiu o semanário *O Moleque* por um ano e nesta função não foi convidado para os principais eventos políticos e sociais em razão de suas idéias abolicionistas.
  - d) Cruz e Souza convidou para colaborar no semanário *O Moleque* os escritores Altino Flores e Othon Gama d'Eça.
  - e) Cruz e Souza, na cidade de Nossa Senhora do Desterro foi muito respeitado e considerado como redator do semanário *O Moleque*, sendo amigo do Governador Jorge Lacerda, a quem dedicou uma poesia *in memoriam* em seu álbum.
20. Sobre “Salim Miguel”, um dos nomes mais notáveis da literatura do nosso Estado, assinale a única alternativa **INCORRETA**:
- a) “Velhice e Outros Contos”, reeditado em 2004, foi sua obra de estréia, em 1951.
  - b) Seu livro “Nur na Escuridão”, editado em 1999, foi laureado pela Academia Paulista de Críticos de Artes (APCA) como o melhor romance do ano.
  - c) Casado com Eglê Malheiros, escritora, também, de renome, foi um dos Líderes do Movimento Modernista em nosso Estado.
  - d) Em 2002, recebeu o Troféu Juca Pato, da União Brasileira de Escritores e da “Folha de São Paulo”, como o Intelectual do Ano.
  - e) Ilhéu, de nascimento, nascido em 1924, escreveu, entre outras obras, o romance “Mare Nostrum”, editado em 2004, tendo o mar de Florianópolis como protagonista marcante.

PROVA DE PROFICIÊNCIA JURÍDICA

21. A respeito das Medidas Provisórias é correto afirmar:
- a) São normas jurídicas adotadas pelo Poder Legislativo.
  - b) Perderão a eficácia se não forem convertidas em lei no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período, uma única vez, cujo prazo não se suspende durante o recesso do Congresso Nacional.
  - c) Caso não apreciadas em até sessenta dias contados da data de sua publicação, entrarão em regime de urgência, subseqüentemente, em cada uma das Casas do Congresso.
  - d) Têm força de lei a partir de sua publicação, podendo gerar direitos e deveres.
  - e) Poderão ser adotadas, no caso de relevância e urgência, devendo ser submetidas imediatamente ao Congresso Nacional.
22. Conforme a Constituição da República Federativa do Brasil:
- I. Cabe ao STF julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida julgar válida lei local contestada em face de lei federal.
  - II. Incumbe ao Ministério Público, dentre outras atribuições, a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. O Procurador-Geral de Justiça é o chefe do Ministério Público do Estado.
  - III. Somente pelo voto da maioria absoluta dos seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.
  - IV. O acesso de juízes aos tribunais de segundo grau far-se-á por antigüidade e merecimento, alternativamente, apurados na última entrância.
- Estão corretas:
- a) Todas as proposições estão corretas.
  - b) Só a proposição I é correta.
  - c) Somente as proposições II e III estão corretas.
  - d) Só a proposição I é incorreta.
  - e) Todas as proposições estão incorretas.

23. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) O número total de Deputados Federais por Estados e pelo Distrito Federal será estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população, e nenhuma unidade poderá ter menos de oito e mais de setenta Deputados.
- b) Os Estados membros organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, devendo observância aos chamados “princípios sensíveis” constantes da Carta Federal.
- c) Compete privativamente à União estabelecer cultos religiosos e organizar e manter o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios.
- d) O procedimento legislativo sumário é aquele em que o Presidente da República solicita urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa.
- e) É competência privativa da Câmara dos Deputados proceder a tomada de contas do Presidente da República quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de 60 (sessenta) dias após a abertura da sessão legislativa.

24. Segundo a atual “Carta Política”:

- I. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios são entidades que integram a estrutura federativa brasileira.
- II. A intervenção respeita a ordem “hierárquica” da Constituição e, por esse motivo, é correto afirmar que só os Estados podem intervir nos Municípios.
- III. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público.
- IV. É competência privativa da Câmara dos Deputados autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente da República.
- V. O Município de Brasília tem como função servir de Capital Federal e também sede do Governo do Distrito Federal.

Estão corretas:

- a) Só a proposição I está correta.
- b) Todas as proposições estão corretas.
- c) Só a proposição II está incorreta.
- d) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
- e) Todas as proposições estão incorretas.

25. Assinale a alternativa correta:

- a) Ocorrendo a vacância dos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República nos últimos dois anos do período presidencial, a eleição para ambos os cargos será feita noventa dias da última vaga, pelo Congresso Nacional, na forma da lei.
- b) Aos membros do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas não se aplicam as disposições da Seção I, Capítulo IV, Título IV da Constituição Federal (“Do Ministério Público”) pertinentes a direitos, vedações e forma de investidura.
- c) Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Casa do Congresso Nacional e de suas Comissões serão tomadas por maioria dos votos, presentes a maioria absoluta de seus membros.
- d) Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.
- e) A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação do Presidente da República dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.

26. Em relação aos remédios constitucionais, assinale a alternativa **INCORRETA**:
- a) O mandado de segurança pode ser individual ou coletivo.
  - b) A ação popular é ação constitucional cuja legitimidade ativa pertence a qualquer pessoa em pleno gozo de seus direitos políticos.
  - c) A garantia constitucional do direito de petição pode ser exercida por qualquer pessoa, física ou jurídica, brasileira ou estrangeira, e somente pode ser dirigida à autoridade do Poder Judiciário.
  - d) Na ação civil pública pode ser pedido o cumprimento de obrigação de fazer ou de não fazer, sob pena de execução específica ou cominação de multa diária.
  - e) Qualquer pessoa pode impetrar *habeas corpus*, inclusive sem advogado.
27. Sobre o sistema de controle de constitucionalidade, dentre as seguintes alternativas, assinale a **INCORRETA**:
- a) No controle de constitucionalidade exercido por via incidental, a decisão judicial terá efeito retroativo (*ex tunc*), somente *inter partes*.
  - b) Somente o Governador do Estado, o Procurador Geral da República, o Conselho Federal da OAB e partidos políticos com representação no Congresso Nacional podem propor ação direta de inconstitucionalidade.
  - c) O sistema constitucional brasileiro combina os sistemas de controle concentrado e difuso.
  - d) No controle de constitucionalidade exercido por via incidental, a decisão judicial terá efeito jurídico somente entre as partes.
  - e) A eficácia do controle concentrado é *erga omnes*.
28. Assinale a alternativa **INCORRETA**:
- a) O princípio do devido processo legal envolve a garantia do contraditório, a plenitude do direito de defesa, a isonomia processual e a bilateralidade dos atos procedimentais.
  - b) O princípio da eficiência orienta a atividade administrativa no sentido de conseguir os melhores resultados com os meios escassos de que se dispõe e a menor custo.
  - c) São princípios constitucionais da administração pública os da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência.
  - d) O princípio da legalidade, segundo o qual “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”, está consagrado no art. 5º, da Constituição da República.
  - e) O princípio da subsidiariedade, estreitamente ligado ao princípio da repartição de competências, não se aplica ao sistema federal.
29. Tratando-se dos direitos e garantias fundamentais, assinale a alternativa **INCORRETA**:
- a) Os direitos de liberdade constitucionalmente assegurados são o de locomoção; o de pensamento; o de reunião e de associação; o de profissão; o de ação; o de liberdade sindical e o de greve.
  - b) A desapropriação, consistente em limitação ao direito de propriedade, é meio pelo qual o Poder Público determina a transferência compulsória da propriedade particular para o seu patrimônio ou de seus delegados, o que só pode se verificar por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social.
  - c) O princípio da função social da propriedade está consagrado na Constituição entre os direitos sociais.
  - d) As entidades associativas têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente, independentemente de autorização.
  - e) A liberdade de pensamento é o direito de exprimir, por qualquer forma, o que se pense em tema de ciência, religião, arte, ou o que for.

30. Acerca do Poder Judiciário, é **INCORRETO** afirmar:
- a) Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações de indenização por dano moral e patrimonial decorrentes da relação de trabalho.
  - b) Aos Juízes é vedado exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério.
  - c) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros, o Procurador-Geral da República e os Governadores dos Estados e do Distrito Federal.
  - d) Compete privativamente aos Tribunais de Justiça julgar os juízes estaduais e do Distrito Federal e Territórios, bem como os membros do Ministério Público, nos crimes comuns e de responsabilidade, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral.
  - e) Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, os conflitos de competência entre juízes vinculados a tribunais diversos.
31. Assinale a alternativa correta:
- a) Ato do devedor, mesmo extrajudicial, que inequivocamente reconhece o direito do credor, interrompe a prescrição.
  - b) A vontade do menor, seja ele relativa ou absolutamente incapaz, é totalmente irrelevante no negócio jurídico por ele celebrado, sendo substituída pela de seu representante ou assistente, conforme o caso.
  - c) Em caso de negócio celebrado por representante em conflito com interesse do representado, o prazo para sua anulação é decadencial e contado, em qualquer caso, da conclusão do negócio.
  - d) Para o Código Civil deve-se atender, no negócio jurídico, à vontade real dos celebrantes, pelo que é irrelevante como a vontade foi manifestada, em caso de reserva mental desconhecida da contraparte.
  - e) O direito sujeito a condição suspensiva não é adquirido e, portanto, não pode ser objeto de medidas cautelares.
32. Assinale a alternativa correta:
- a) Os contratos de compra e venda, locação e depósito voluntário provam-se por escrito ou, se verbais, por testemunhas, respeitados os limites de valores previstos em lei.
  - b) A rescisão unilateral, quando autorizada pelo contrato e pela lei, é exercitada por meio de declaração receptícia ou denúncia.
  - c) A alteração de fortuna das partes que ponha em dúvida a solvabilidade de uma delas não afeta o cumprimento do contrato se ocorrida após sua celebração.
  - d) Se a parte inocente, em contrato preliminar inadimplido, não preferir converter a obrigação em perdas e danos, apenas lhe restará pedir judicialmente a imposição de multa cominatória para compelir a que está em mora a celebrar o contrato definitivo.
  - e) O benefício de ordem, concedido ao fiador, pode ser exercido a qualquer tempo, desde que antes da sentença, na fase de conhecimento.

33. Assinale a alternativa correta:

- a) A *ocupação* é forma lícita de aquisição da propriedade imóvel.
- b) O síndico de condomínio edilício pode ser destituído por assembléia geral, respeitado *quorum* mínimo de 2/3 (dois terços) dos condôminos.
- c) A plantação feita pelo não-proprietário do solo sempre reverte em proveito deste, ficando a salvo o direito de ressarcimento das sementes, insumos e trabalho empregados na lavoura.
- d) O possuidor de boa-fé, cuja posse seja injusta, responde pela perda ou deterioração da coisa, mas apenas se obrou com culpa ou dolo.
- e) Para aquisição, pela usucapião especial urbana, o Código Civil exige que o possuidor ou possuidora resida em imóvel de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, tornando a área produtiva por seu trabalho ou de sua família.

34. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) A coação, para viciar a declaração da vontade, há de ser tal que incuta ao paciente fundado temor de dano iminente e considerável a sua pessoa, a sua família, ou aos seus bens. Se disser respeito a pessoa não pertencente à família do paciente, o juiz, com base nas circunstâncias, decidirá se houve coação.
- b) Considera-se condição a cláusula que subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto.
- c) No negócio jurídico celebrado com a cláusula de não valer sem instrumento público, este é da substância do ato.
- d) A validade da declaração de vontade não dependerá de forma especial, senão quando a lei expressamente a exigir.
- e) São nulos os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio.

35. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) O pedido de pagamento de indenização à seguradora suspende o prazo de prescrição até que o segurado tenha ciência da decisão.
- b) Deve o juiz, de ofício, conhecer da decadência, quando estabelecida por lei.
- c) Na fraude contra credores há necessidade de ação para o seu reconhecimento, ao contrário do que ocorre na fraude de execução, em que o ato é ineficaz e não produz efeito em relação ao credor.
- d) A recusa à perícia médica ordenada pelo juiz não poderá suprir a prova que se pretendia obter com o exame.
- e) O negócio jurídico nulo não é suscetível de confirmação, nem convalesce pelo decurso de tempo.

36. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Há solidariedade, quando na mesma obrigação concorre mais de um credor, ou mais de um devedor, cada um com direito, ou obrigado, à dívida toda.
- b) Qualquer cláusula, condição ou obrigação adicional, estipulada entre um dos devedores solidários e o credor, acarretará o agravamento da posição dos outros.
- c) Incorre na obrigação de indenizar perdas e danos o devedor que recusar a prestação a ele só imposta, ou só por ele exequível.
- d) Denomina-se *dação em pagamento* o recebimento, pelo credor, de prestação diversa da que lhe é devida.
- e) A cláusula resolutiva expressa opera de pleno direito enquanto a tácita depende de interpelação judicial.

37. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Salvo nas desapropriações, a servidão, uma vez registrada, só se extingue, com respeito a terceiros, quando cancelada.
- b) Quando a coisa for indivisível e os consortes não quiserem adjudicá-la a um só, indenizando os outros, será vendida e repartido o apurado, preferindo-se, na venda, em condições iguais de oferta, o condômino ao estranho, e entre os condôminos aquele que tiver na coisa benfeitorias mais valiosas, e não as havendo, o de quinhão maior.
- c) Cada condômino pode usar da coisa conforme sua destinação, sobre ela exercer todos os direitos compatíveis com a indivisão, reivindicá-la de terceiro, defender a sua posse e alhear a respectiva parte ideal, ou gravá-la.
- d) É defeso abrir janelas, ou fazer eirado, terraço ou varanda, a menos de um metro do terreno do vizinho.
- e) O casamento pode celebrar-se mediante procuração, por instrumento público, com poderes especiais.

38. Aponte a alternativa correta:

- a) Sendo defeso à genitora entregar seu filho recém-nascido à família substituta, o magistrado não tem outra solução que não seja deferir busca e apreensão do 2infante, ajuizada pelo Ministério Público.
- b) Sendo a mãe viúva a administradora dos bens dos filhos menores, seus poderes incluem atos de administração e de disposição.
- c) A propriedade não se perde pela prescrição extintiva, oriunda da simples inércia do proprietário; mas perde-se pela prescrição aquisitiva, ou usucapião, resultante de posse exclusiva de terceiro.
- d) Em ação reivindicatória, alegada a prescrição aquisitiva como defesa, o autor não necessita demonstrar, de forma inequívoca e incontroversa, estar exercendo a posse da área vindicada.
- e) Apenas duas hipóteses acima estão incorretas.

39. Assinale a alternativa correta:

- a) É deferida ao comprador, em venda *ad corpus*, ação contra o devedor, sob o fundamento de que as medidas do imóvel não estavam escrituradas.
- b) Na venda *ad mensuram* as diferenças de metragem são irrelevantes ao preço.
- c) Na venda *ad corpus* a referência à medida é meramente enunciativa, tendo por finalidade melhor caracterizar a coisa.
- d) Sob o ponto de vista doutrinário o direito à propriedade é imprescritível e absoluto.
- e) Inadmissível é o usucapião quando o imóvel já era foreiro e a constituição da enfiteuse em favor do usucapiente se faz contra o particular enfiteuta.

40. Assinale a alternativa correta:

- a) A aplicação da cláusula *pacta sunt servanda* é obrigação do juiz ao decidir sobre relação contratual.
- b) Nos contratos atípicos inexistente possibilidade de interferência judicial no tocante às cláusulas gerais e abertas.
- c) A exigência da boa-fé se limita ao período que vai da conclusão até a execução do contrato.
- d) Porque é indispensável a análise das cláusulas abertas, dispensa-se o que se relaciona ao interesse social.
- e) No moderno direito obrigacional a boa-fé é exigível juridicamente nas relações contratuais, havendo necessidade de perquirir-se a respeito de deveres anexos, cláusulas faltantes e cláusulas abusivas.

41. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) A nulidade dos atos deve ser alegada na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, sob pena de preclusão, a qual não prevalece se provado legítimo impedimento.
- b) Quando os litisconsortes tiverem diferentes procuradores, conta-se os prazos em dobro para contestar, recorrer e, de modo geral, para falar nos autos.
- c) Em contestação cabe ao réu manifestar-se precisamente, ou seja, um a um, sobre os fatos narrados na petição inicial.
- d) A alienação da coisa ou do direito litigioso, a título particular, por ato entre vivos, altera a legitimidade das partes.
- e) Quando a testemunha for funcionário público será requisitada ao chefe da repartição e quando a testemunha for um juiz, este tem o direito de designar o dia, hora e local a fim de ser inquirido.

42. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Está sujeita ao duplo grau de jurisdição a sentença proferida contra a União, o Estado, o Município e as respectivas autarquias e fundações de direito público.
- b) É defeso à parte discutir, no curso do processo, as questões já decididas, a cujo respeito se operou a preclusão.
- c) Há conexão entre duas ou mais ações quando lhes for comum o objeto ou a causa de pedir.
- d) O exame dos pressupostos de admissibilidade da apelação, pelo juiz, pode ser feito apenas no ato do recebimento da apelação.
- e) Há continência entre duas ou mais ações sempre que haja identidade de partes e de causa de pedir, mas o objeto de uma, por ser mais amplo, abrange o das outras.

43. Assinale a alternativa correta:

- a) A liquidação por arbitramento objetiva determinar a extensão ou o valor da obrigação constituída por sentença ilíquida.
- b) À homologação de acordo em audiência, indispensável é que a parte esteja acompanhada de advogado.
- c) O escopo da liquidação por artigos é determinar o valor da condenação, desde que não exista necessidade de alegar e provar fato novo.
- d) Tendo como objetivo chegar ao *quantum*, é possível na liquidação discutir novamente a lide.
- e) A natureza jurídica da liquidação de sentença é ser processo de conhecimento, autônomo e independente, tanto do processo de conhecimento quanto do processo cautelar.

44. Assinale a alternativa correta:

- a) Haverá nulidade de todo o processo quando se registrar falta de requisito legal não suprido pelo juiz, como, por exemplo, ausência de autorização marital ou outorga uxória.
- b) A falta de intimação do Ministério Público deve ser entendida como nulidade relativa, como, por exemplo, quando a parte tutelada pelo Ministério Público for vencedora na solução da lide.
- c) Há nulidade do processo quando são desatendidos os pressupostos de constituição válida ao desenvolvimento regular da relação processual.
- d) Possuem vício os atos processuais irregulares, relativamente nulos e absolutamente nulos.
- e) Todas as alternativas estão corretas.

45. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Há nulidades cominadas e há nulidades que se deduzem do sistema processual.
- b) As nulidades só poderão ser decretadas a requerimento da parte prejudicada e nunca pela sua causadora.
- c) É obrigatoriamente sentença o ato judicial que anula todo o processo e decisão interlocutória a que se limita a invalidar determinado ato processual.
- d) Não pode o juiz decretar nulidade sem que haja prejuízo à parte.
- e) Enquanto as nulidades relativas precluem, as absolutas, em regra, podem ser noticiadas nos autos em qualquer fase processual.

46. Assinale a alternativa correta:

- a) A distribuição por dependência não pode ocorrer em relação a processo já extinto.
- b) Atualmente não é mais necessária a exceção respectiva para que o juiz exerça o controle da competência territorial.
- c) Não vale a regra da *perpetuatio jurisdictionis* para o cumprimento da sentença por execução, de crédito de quantia certa, quando o devedor se muda depois de proposta a causa.
- d) As causas que versem sobre relações jurídicas estatutárias, entre servidores públicos e as pessoas jurídicas a que sejam vinculados, são de competência da Justiça do Trabalho.
- e) O juízo estadual, ao receber processo de juízo federal que não tenha reconhecido o interesse da União na causa, pode suscitar conflito de competência ao Superior Tribunal de Justiça se entender presente motivo a ensejar a participação da União no processo.

47. Assinale a alternativa correta:

- a) Além da preclusão consumativa, que se dá pela consumação do prazo, ainda existem a preclusão lógica e a extraprocessual.
- b) É nulo o processo em que o Ministério Público, intimado, não acompanhar o feito em que deva intervir.
- c) A sentença em ação de cobrança de despesas de condomínio, pelo procedimento sumário, deve ser sempre líquida, cumprindo ao juiz, segundo seu prudente critério, fixar de plano o valor.
- d) Havendo transação entre as partes, documentada nos autos por petição, a desistência do acordo é possível até sua homologação pelo juiz.
- e) A antecipação de tutela da parcela incontroversa do pedido independe de demonstração de perigo de dano irreparável ou de difícil reparação.

48. Assinale a alternativa correta:

- a) Apesar do princípio da persuasão racional, a prova testemunhal não deve ser admitida se já houver, no processo, prova documental sobre o ponto.
- b) Os pedidos formulados em cumulação eventual não podem ser incompatíveis entre si, sob pena de inépcia da inicial.
- c) A petição inicial e a contestação devem ter coerência interna, não podendo sustentar teses contraditórias sob pena de inépcia, no caso da inicial, e de confissão, no caso da contestação.
- d) As alegações ou defesas relativas a determinada questão não utilizadas pelas partes em um processo cuja sentença haja passado em julgado, podem ser utilizadas em outros porque não atingidas pela coisa julgada.
- e) A sentença que impuser a obrigação de entrega de coisa certa pode fixar multa diária para o caso de descumprimento, desde que haja pedido do autor nesse sentido.

49. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Determina-se a competência no momento em que a ação é proposta, sendo irrelevante as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimirem o órgão judiciário ou alterarem a competência em razão da matéria ou da hierarquia.
- b) Quando for caso de litisconsórcio necessário a eficácia da sentença dependerá da citação de todos os litisconsortes no processo.
- c) Quem pretender, no todo ou em parte, a coisa ou o direito sobre que controvertem autor e réu, poderá, a qualquer tempo, oferecer oposição contra ambos.
- d) A assistência, a oposição, a nomeação à autoria, a denúncia da lide e o chamamento ao processo são espécies de intervenção de terceiros.
- e) A alienação da coisa ou do direito litigioso, a título particular, por ato entre vivos, não altera a legitimidade das partes.

50. Sobre os crimes contra a Administração da Justiça pode-se afirmar:

- a) Não os comete preso que empreende fuga ainda que com o emprego de violência, pois a legislação não proíbe a busca da liberdade.
- b) É crime de falso testemunho falsear a verdade como testemunha em processo administrativo.
- c) O motim de presos sem violência à pessoa ou coisa não é crime.
- d) Auxiliar o autor de infração a subtrair-se à ação da autoridade é crime de favorecimento real.
- e) No crime de denúncia caluniosa a pena é a mesma se a imputação a alguém é de crime que se o sabe inocente ou se é de contravenção.

51. Assinale a alternativa correta.

Nos crimes do artigo 155, do Código Penal, aplica-se o princípio da insignificância, previsto no parágrafo 2º do mesmo artigo:

- a) É incabível quando considerada a mínima periculosidade social da ação.
- b) É incabível quando considerada mínima a ofensividade da conduta do agente.
- c) É incabível quando considerada a qualificação dos meios de cometimento.
- d) É incabível quando considerada a inexpressividade da lesão jurídica provocada.
- e) É incabível quando considerado o reduzido grau de reprovabilidade da conduta do agente.

52. É correto afirmar, a propósito da aplicação da pena, que:

- a) Se o réu não tiver bons antecedentes, por ser reincidente, será considerada esta circunstância judicial (art. 59 CP) para a fixação da pena base e, em fase posterior, como agravante (art. 61) para elevá-la.
- b) Na sentença não poderá o juiz estabelecer pena definitiva para o crime ou crimes excedente a 30 anos, ainda que, concluída toda a operação dosimétrica, o resultado seja superior a esse montante.
- c) Nos crimes continuados, dolosos, perpetrados com grave ameaça contra vítimas diferentes, poderá o juiz aumentar a pena do mais grave, se diversos, conforme as circunstâncias judiciais (art. 59 CP), entre um sexto e o triplo.
- d) Não será reconhecida a agravante da reincidência na condenação por crime, se, por sentença transitada em julgado, já tenha sido o agente condenado anteriormente por contravenção, nem, tampouco, na condenação por contravenção, se a condenação anterior, por sentença trãnsita, for por crime.
- e) No concurso material, em se tratando de crimes idênticos, aplica-se ao agente a pena de um só dos mesmos, mas elevando-se-a de um a dois terços.

53. Assinale a alternativa correta. A Lei n. 9.099/95 no seu artigo 89, estabelece um direito subjetivo do réu de ter o processo crime suspenso, mediante a imposição de condições elencadas no próprio artigo:
- a) O Magistrado não aceitando a proposta de suspensão do processo feita pelo Ministério Público, deve encaminhar os autos ao Procurador Geral de Justiça.
  - b) O Magistrado competente para presidir a ação penal pode intimar o agente e fazer a proposta de suspensão do processo antes do recebimento da denúncia.
  - c) O Magistrado não aceitando a proposta de suspensão feita pelo Ministério Público deverá devolver o processo com vistas ao Promotor de Justiça para que este ofereça a denúncia.
  - d) O Magistrado, em nome da boa política criminal, pode aceitar a suspensão do processo, mesmo que o agente responda a outros processos, mas desde que os crimes não sejam da mesma natureza.
  - e) O Magistrado de segundo grau, ao desclassificar o delito para outro menos grave, não pode determinar a suspensão dos efeitos do acórdão para que se proceda a proposta de suspensão do processo.
54. Assinale a alternativa correta. Agente que induz sua namorada adolescente, que dele estava grávida, a tomar medicamento para abortar o feto. Não tendo resultado positivo da primeira vez, volta a induzi-la a ingerir a medicação, ocorrendo o aborto no dia seguinte.
- a) O agente será pronunciado pelo crime de aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento do art. 124, além do crime de corrupção de menores do art. 218, todos do Código Penal.
  - b) O agente será pronunciado por infração ao crime do art. 280 do Código Penal, de fornecer substância medicinal em desacordo com a receita médica, e mais o crime de corrupção de menores do art. 218 da lei codificada penal.
  - c) Havendo indícios de autoria, o magistrado poderá pronunciá-lo por infração ao crime do art. 126 do Código Penal, e art. 1º, da Lei n.º 2.252/54, na forma tentada e na forma consumada.
  - d) O agente será pronunciado como infrator do art. 124 do Código Penal, e por crime de perigo para a vida ou a saúde de outrem do art. 132 do mesmo digesto penal, uma vez indubitáveis os indícios de autoria.
  - e) O agente será pronunciado como autor de crime de abandono de recém nascido do art. 134 do Código Penal, pois logo após o fato terminou o namoro com a adolescente, abandonando a ambos.
55. Assinale a alternativa correta:
- a) O pai que retém a mãe no quarto do casal, chaveando a porta, para levar os filhos ao parque, contra a vontade dela, comete o delito de Cárcere privado.
  - b) Pratica o delito de cárcere privado o filho que interna o pai em casa de repouso, sem o consentimento dele, com o objetivo de usufruir dos seus bens.
  - c) Comete o delito de Seqüestro a enfermeira, que não tendo filhos, subtrai recém-nascido da maternidade, mantendo-o em seu poder em local ignorado.
  - d) Pratica o delito de Seqüestro o pai que subtrai o filho, sob guarda judicial da mãe, de que tem conhecimento, levando-o para outro país.
  - e) Comete o delito de Cárcere privado o médico que mantém internado o paciente, com diagnóstico de alta, com o fim de lhe cobrar honorários.

56. Assinale a alternativa correta:

- a) Comete o delito de Posse sexual mediante fraude o agente que para obter a conjunção carnal faz à vítima falsas promessas de casamento.
- b) Se o agente, ciente de que está acometido de doença venérea, constrange a vítima ao coito vaginal, sem intenção, no entanto, de transmitir a doença, responde pelo crime de Estupro em concurso formal com o de Perigo de contágio venéreo.
- c) Pratica o crime de Atentado violento ao pudor o agente que pretendendo estuprar a vítima, deita-se sobre ela, mas não consegue consumir a conjunção carnal.
- d) Se dois agentes, em concurso, revezam-se na prática de conjunção carnal contra a vítima, após quebrarem a sua resistência, realizando cada qual um coito apenas, respondem ambos pelos delitos de Estupro e Atentado violento ao pudor.
- e) Se o agente, ciente de que está acometido de doença venérea, constrange a vítima ao coito vaginal, com a intenção de transmitir a doença, responde pelos dois crimes em concurso material.

57. Assinale a alternativa correta:

- a) Em nosso ordenamento jurídico, o fundamento da punibilidade da tentativa é encontrado na teoria objetiva, pela qual a tentativa é punida em razão do perigo que acarreta ao bem jurídico protegido. A doutrina costuma fazer diferença quando, antes (tentativa inacabada ou imperfeita) da fase de execução ou após (tentativa acabada, perfeita ou crime falho), o evento deixa de ocorrer por circunstância independentes da vontade do agente. Porém o tratamento legal é único.
- b) Na co-autoria, o domínio do fato é comum a várias pessoas. A chamada autoria colateral ou acessória, ocorre quando duas ou mais pessoas iniciam a execução de um crime de modo independentemente uma das outras, sendo que o liame psicológico entre os agentes ocorre apenas durante a execução.
- c) A lei penal mais grave não se aplica ao crime continuado ou ao crime permanente, mesmo que sua vigência seja anterior à cessação da continuidade ou permanência.
- d) O Supremo Tribunal Federal, não obstante expressa previsão legal, tem repellido o instituto da prognose prescricional, consistente no reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva do Estado, com fundamento na pena presumida, antes mesmo do término da ação penal, na hipótese em que o exercício do *ius puniendi* se revela, de antemão, inviável.
- e) A absolvição criminal obsta a aplicação da medida de segurança, mesmo que constatada a periculosidade criminal do agente.

58. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Os crimes unissubsistentes não admitem a tentativa.
- b) Em relação ao concurso de agentes, o Código Penal adotou a teoria dualista, que defende a existência de um delito para os autores e outro para os partícipes.
- c) Em se tratando de concurso formal de delitos e de crimes praticados em continuidade delitiva, a prescrição incidirá em cada um dos crimes, isoladamente.
- d) O agente que pratica crimes, sem violência ou grave ameaça à pessoa, que por ato voluntário repara o dano ou restitui a coisa (objeto material), até o recebimento da denúncia ou queixa, deverá ter sua pena reduzida de um a dois terços, consoante estabelece o artigo 16 do Código Penal.
- e) Tarso, com 25 anos de idade, entrega a Pedro, absolutamente incapaz mentalmente, arma de fogo carregada, induzindo-o a disparar contra Paulo, seu desafeto, que em razão dos tiros faleceu. Pode-se afirmar que Tarso foi o autor mediato do crime praticado (homicídio) e Pedro, por ser inimputável, deverá ser submetido à medida de segurança.

59. Competente para julgar Prefeito Municipal logo após ter concluído seu mandato, por crime de homicídio praticado ao tempo em que exercia tal cargo, é:
- a) Tribunal de Justiça.
  - b) Tribunal do Júri.
  - c) Juiz Estadual.
  - d) Juiz Federal.
  - e) Tribunal Regional Eleitoral.
60. Assinale a alternativa correta:
- a) A denúncia, nos crimes de ação pública, se vier desacompanhada de Inquérito ou Auto de Flagrante, não deverá ser recebida, pois um ou outro é peça tida por imprescindível ao seu oferecimento.
  - b) O juiz interporá, de ofício, recurso em sentido estrito da sua decisão que conceder *habeas corpus* ou que absolver o réu com fundamento na existência de circunstância que exclua o crime ou o isente de pena.
  - c) A nulidade da citação, se ocorrente, será sempre declarada a pedido do réu que compareça com o fim único de argüí-la quando o faz antes de consumir-se o ato para o qual chamado.
  - d) No crime de tráfico ilícito de entorpecentes ocorre caso típico de flagrante preparado e, portanto, nulo, quando a prisão do traficante é efetuada no momento em que fornece ele droga a policial à paisana que se apresenta como usuário.
  - e) Ao proferir sentença condenatória de réu que respondeu preso ao processo, o juiz, se lhe conceder o direito de apelar em liberdade, deverá justificar os motivos por que o faz.
61. Assinale a alternativa correta:
- a) A prisão preventiva e a prisão temporária poderão ser decretadas em qualquer fase do processo, até antes da sentença final.
  - b) Sem prova segura da existência do crime a prisão preventiva não poderá ser decretada.
  - c) A prisão preventiva, em se tratando de crime culposo, só pode ser decretada se se apurar que o réu seja vadio.
  - d) Terminado o prazo da prisão temporária a autoridade policial, sob pena de cometer abuso de autoridade, deve solicitar ao Juiz a expedição de alvará de soltura.
  - e) Tendo caráter de medida excepcional, a prisão preventiva não poderá se decretada se inexistir prova segura da autoria.
62. Assinale a alternativa correta.
- João foi condenado por crime de receptação qualificada e por infração ao artigo 1º, inciso I, da Lei n. 8.137/90, com penas acumuladas pelas regras do artigo 69 do Código Penal. Aforou recurso de Apelação inconformado com a condenação apenas pelo crime de receptação qualificada e, com tal limitação, foi apreciado o recurso. Transitado em julgado, impetrou *habeas corpus* para cassar da condenação a pena referente ao art. 1º, inciso I, da Lei 8.137/90, por falta de prova da materialidade e por excesso não fundamentado do Magistrado ao aplicar a pena do crime de receptação.
- a) Tribunal de Justiça conhece do pedido, aprecia a matéria agitada e corrige a pena aplicada a ambos os crimes pelo Juízo monocrático por falta de fundamentação.
  - b) Tribunal de Justiça pode conhecer do pedido apenas quanto ao crime do art. 1º, inciso I, da Lei. 8.137/90, apreciando a matéria de Direito e de fato agitada no *writ*.
  - c) Tribunal de Justiça não conhece do pedido, porque ao apreciar o recurso, tornou-se a autoridade coatora, remetendo o pedido para a instância superior.
  - d) Tribunal de Justiça conhece do pedido, determina o trancamento da ação penal quanto ao crime do art. 1º, inciso I, da Lei. 8.137/90, e absolve por falta de provas, quanto ao crime de receptação.
  - e) Tribunal de Justiça não conhece do pedido por já ter sido apreciado o recurso em toda sua amplitude, sendo cabível apenas a revisão criminal.

63. Assinale a alternativa correta.  
A Constituição Federal garante o direito a privacidade e os meios de comunicação, nela incluídas as conversas telefônicas, com exceção das possibilidades previstas na Lei n. 9296/96, desde que, previamente autorizada pela autoridade judiciária, mediante o devido processo.
- a) A lei não admite como prova a gravação de conversa entre meliantes e agentes policiais na qual terceiros são apontados como partícipes de crime de quadrilha organizada previsto no artigo 288, parágrafo único do Código Penal.
  - b) A lei não admite como prova, a gravação de diálogos ocorridos em local público, quando ofende a proibição contida no art. 5º, XII, da Constituição Federal de 1988.
  - c) A lei só admite a autorização de escuta telefônica para investigação policial, desde que já instaurado o devido inquérito policial, com a prova prévia da materialidade do ilícito.
  - d) A lei admite o procedimento de escuta telefônica para investigar possível agente que seja o autor dos crimes de injúria e ameaça que inquieta a vítima.
  - e) A lei só admite o procedimento de escuta telefônica nos casos de investigação policial, ou para instrução processual penal, mesmo que ainda não instaurado o inquérito policial.
64. Assinale a alternativa correta:
- a) Havendo urgência, a ordem de prisão preventiva pode ser passada, por telefone, pelo Juiz competente, à autoridade policial.
  - b) Da decisão que indefere pedido de prisão preventiva não cabe recurso algum.
  - c) Nos crimes punidos com detenção a prisão preventiva só pode se decretada se o réu for reincidente.
  - d) Contra a decisão que decreta a prisão preventiva cabe Recurso em Sentido Estrito.
  - e) O Recurso em Sentido Estrito é oponível à decisão que revoga a prisão preventiva.
65. Assinale a alternativa correta:
- a) A apresentação espontânea do acusado à autoridade competente não impedirá a sua prisão preventiva.
  - b) Do despacho do Juiz que não acolhe a representação da autoridade policial pela prisão preventiva, é cabível o Recurso em Sentido Estrito, no prazo de cinco (5) dias.
  - c) A sentença absolutória de 1º Grau, estando o réu preso, preventivamente, não implica na sua soltura antes de esgotado o prazo recursal para a acusação.
  - d) Tendo a prisão preventiva a finalidade de assegurar o regular andamento da instrução criminal, vencido o prazo de oitenta e um (81) dias para o seu encerramento, a manutenção da custódia, a partir daí, constitui constrangimento ilegal, sanável por *Habeas Corpus*.
  - e) Tendo o Juiz que fundamentar, obrigatoriamente, a prisão preventiva com base nos elementos concretos e objetivos encontrados nos autos, não satisfaz a exigência a referência ao requerimento prisional motivado do Ministério Público.
66. Assinale a alternativa **INCORRETA**:
- a) Os prazos preclusivos não são aplicáveis às nulidades relativas.
  - b) Do silêncio do réu no ato processual do interrogatório não poderão advir quaisquer prejuízos.
  - c) Caso o réu, intimado para o interrogatório por meio de edital, não comparecer ao ato nem constituir defensor, o processo será suspenso, suspendendo-se também o prazo prescricional, sem prejuízo da realização das medidas urgentes.
  - d) No processo penal permite-se ao juiz, *ex officio*, declinar da incompetência relativa.
  - e) No tocante às leis processuais penais no tempo, pode-se afirmar que se aplicam de imediato, desde a sua vigência, respeitando-se a validade dos atos realizados sob a égide da legislação anterior.

67. Assinale a alternativa correta:

- a) O interrogatório do réu, diante do não comparecimento do autor da ação penal, não poderá se realizar sem a participação da acusação.
- b) Tratando-se de normas de conteúdo misto, deve-se seguir e aplicar o conteúdo normativo das normas de processo penal.
- c) Os crimes cujo julgamento sejam de competência do Tribunal do Júri, via de regra, prevêem penas privativas de liberdade de reclusão. Entretanto, há alguns crimes afetos à competência desse Órgão, cujas penas privativas de liberdade são de detenção.
- d) O interrogatório, por ser meio de defesa e de prova, impõe ao acusado sua efetiva participação e comparecimento ao referido ato processual.
- e) Nos procedimentos do tribunal do júri, embora vigente a regra da íntima convicção, os jurados têm o dever constitucional de motivar as suas decisões, porquanto o art. 93, IX, da Carta Magna estabelece que “todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei, se o interesse público o exigir, limitar a presença em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes”.

68. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Aplicam-se as regras da Lei de Execução Penal ao militar, condenado pela Justiça Castrense, ainda que recolhido a estabelecimento prisional militar.
- b) A Casa do Albergado, um dos estabelecimentos penais previstos na Lei n. 7.210/84, destina-se ao cumprimento de pena privativa de liberdade, em regime aberto, e da pena de limitação de fim de semana.
- c) Transitada em julgado a sentença penal condenatória, na qual aplicada pena privativa de liberdade, sem que o juiz prolator tenha se manifestado a respeito da suspensão condicional da pena, poderá o condenado requerer o benefício ao juiz da execução que, por sua vez, poderá concedê-la desde que preenchidos os requisitos legais.
- d) Ficará sujeito ao regime disciplinar diferenciado o condenado ou preso provisório quando existentes contra ele fundadas suspeitas de envolvimento ou participação, a qualquer título, em organizações criminosas, quadrilha ou bando.
- e) O art. 197 da LEP (Lei de Execução Penal) prevê o recurso de agravo sem especificar o rito processual que deverá ser adotado.

69. Assinale a alternativa correta:

- a) Só têm direito à remição os condenados que estejam cumprindo a pena em regime aberto.
- b) Não faz jus à remição o condenado que cumpre a pena em regime aberto, por realização de trabalho externo.
- c) Não têm direito à remição os condenados que estejam cumprindo a pena em regime fechado.
- d) À remição têm direito apenas os condenados que estejam cumprindo a pena em regime fechado e semi-aberto.
- e) Somente os condenados que estejam cumprindo a pena em regime aberto e semi-aberto têm direito à remição.

70. Assinale a assertiva correta:

- a) A pena restritiva de direitos poderá ser convertida em privativa de liberdade e, quando o for, poderá, mesmo de ofício pelo Juiz da execução, ser substituída por medida de segurança se sobrevier doença mental do preso.
- b) A remuneração correspondente ao trabalho externo do preso será destinada ao pagamento com sua alimentação e compra de produtos destinados à sua higiene pessoal na prisão; o que sobejar será entregue à esposa e/ou filhos, se os tiver, ou, em caso negativo, depositado em conta poupança que será aberta em seu nome.
- c) Ao liberado condicional deverão, dentre outras obrigações, ser sempre impostas as de obter ocupação lícita, residir e não transferir-se do território da comarca do Juízo da Execução, e não alcoolizar-se.
- d) Compete ao relator da Apelação Criminal processar e decidir o pedido de progressão de regime formulado pelo condenado apelante que respondeu preso ao processo, caso não tenha sido expedido na origem o PEC provisório.
- e) Ao preso que cumpre pena em regime fechado poderá ser concedida autorização de saída para visita à família uma vez por mês, porém mediante escolta.

71. Assinale a alternativa correta:

- a) Homicídio praticado por policial militar, contra vítima civil, fora da situação de atividade, mas com arma da corporação militar, configura crime cuja competência para apreciação será da justiça comum.
- b) A ação penal militar quando pública, somente poderá ser proposta por denúncia do Ministério Público Militar, e quando se tratar de crime cuja iniciativa seja privada, somente poderá ser proposta pela vítima militar ou seu representante legal.
- c) Do ponto de vista técnico-jurídico, o crime militar e a transgressão militar disciplinar não se distinguem, pois ambos dizem respeito ao dever militar e consistem na violação desse dever.
- d) A prisão administrativa, porque afastada do regramento jurídico nacional por força da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988, não mais pode ser aplicada no âmbito do direito militar.
- e) O militar da reserva, ou reformado, para efeito da aplicação da lei penal, mantém as responsabilidades e prerrogativas do posto ou graduação, apenas quando pratica crime militar.

72. É correto afirmar que o Código penal castrense estabelece:

- a) No concurso de crimes, material ou formal, a pena a ser aplicada será a soma das previstas para cada um, sejam da mesma espécie, sejam de espécies diferentes.
- b) O mesmo critério que o Código Penal comum para o apenamento do crime continuado, ou seja, a aplicação da pena de um só dos crimes, se idênticas, com sua elevação, conforme o caso, de um sexto a dois terços.
- c) A covardia, consistente em subtrair-se o militar, mesmo em tempo de paz, às operações perigosas para as quais for destacado, como o enfrentamento a rebelião de presos, o combate armado ao tráfico e operações similares em que esteja sujeito ao perigo de morte, é crime punido com pena acessória de suspensão da corporação.
- d) Como penas principais, a prisão, a reclusão, a reforma e a pena de morte.
- e) No caso de tentativa para os crimes punidos com pena de morte, a pena será de prisão perpétua ou exílio, conforme o *iter* percorrido.

73. Assinale, dentre as proposições abaixo, a correta:
- I. Nas relações de consumo entre o fornecedor e o consumidor-pessoa jurídica, a indenização poderá ser limitada, em situações justificáveis.
  - II. A inserção de cláusula no formulário não desfigura a natureza do contrato de adesão.
  - III. Os órgãos oficiais poderão expedir notificações aos fornecedores para que, sob pena de desobediência, prestem informações sobre questões de interesse do consumidor, resguardado o segredo industrial.
  - IV. Nos contratos do sistema de consórcio de produtos duráveis, a compensação ou a restituição das parcelas quitadas, terá descontada além da vantagem econômica auferida com a fruição, os prejuízos que o inadimplente causar ao grupo.
  - V. As cláusulas que implicarem limitação de direito do consumidor deverão ser redigidas com destaque, permitindo sua imediata e fácil compreensão.
- a) Apenas as proposições II, IV e V estão corretas.
  - b) Apenas as proposições I, III, e V estão corretas.
  - c) Todas as proposições estão corretas.
  - d) Apenas as proposições II e V estão corretas.
  - e) Apenas as proposições I, III, IV e V estão corretas.
74. Assinale, dentre as proposições abaixo, a correta:
- I. O Código de Defesa do Consumidor adotou a Teoria da Imprevisão, consubstanciada na cláusula *rebus sic stantibus*, nos moldes previstos no diploma civil.
  - II. No âmbito das relações consumeristas, a inversão do ônus da prova exige concomitantemente os requisitos da verossimilhança das alegações e a hipossuficiência econômica do consumidor.
  - III. As regras insertas do Código de Defesa do Consumidor não se aplicam à prestação de serviços públicos.
  - IV. O consumidor pode desistir do contrato, no prazo de 10 (dez) dias a contar de sua assinatura ou do ato de recebimento do produto ou serviço, sempre que a contratação de fornecimento de produtos e serviços ocorrer fora do estabelecimento comercial, especialmente por telefone ou a domicílio.
  - V. É facultado a qualquer consumidor ou entidade que o represente ajuizar a competente ação para ser declarada a nulidade de cláusula contratual que contrarie disposições do diploma consumerista.
- a) Apenas as proposições I e V estão corretas.
  - b) Apenas a proposição I está correta.
  - c) Apenas as proposições II e III estão incorretas.
  - d) Apenas as proposições I, II, III e IV estão incorretas.
  - e) Todas as proposições estão incorretas.
75. Assinale, dentre as proposições abaixo, a correta:
- I. O fornecedor de produtos e serviços não será responsabilizado quando provar a ocorrência de caso fortuito ou força maior.
  - II. Nas ações coletivas de que trata o Código de Defesa do Consumidor, a sentença fará coisa julgada material *erga omnes* no caso de procedência do pedido, para beneficiar todas as vítimas e seus sucessores, na hipótese de interesses ou direitos coletivos.
  - III. Prescreve em 5 (cinco) anos a pretensão à reparação pelos danos causados por fato do produto ou serviço, iniciando-se a contagem do prazo a partir do conhecimento do dano e de sua autoria.
  - IV. Os cadastros e dados dos consumidores devem ser objetivos, claros, verdadeiros e em linguagem de fácil compreensão, não podendo conter informações negativas referentes a período superior a 3 (três) anos.
  - V. Em caso de responsabilidade pelo fato do produto ou serviço, aquele que efetivar o pagamento ao prejudicado poderá exercer o direito de regresso contra os demais responsáveis, segundo sua participação na causação do evento danoso, sendo vedada a denúncia da lide.
- a) Apenas as proposições I, II, III e V estão corretas.
  - b) Apenas as proposições III e V estão corretas.
  - c) Apenas as proposições I e III estão corretas.
  - d) Apenas as proposições I, II, III estão corretas.
  - e) Apenas as proposições I, II, III e IV estão corretas.

76. Na órbita do Código de Defesa do Consumidor, assinale dentre as proposições seguintes, a correta:
- I. O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável.
  - II. Dentre as sanções administrativas que ficam sujeitos aqueles que cometerem infrações às normas de defesa do consumidor, conforme o caso, dentre outras, estão previstas as seguintes: multa não inferior a 100 Unidade Fiscal de Referência (UFIR), perda do produto eventualmente apreendido, interrupção temporária da licença para a fabricação do produto.
  - III. Há permissão para contratos de adesão escritos, redigidos em termos claros e legíveis, expressos em moeda corrente nacional, que contenham cláusulas resolutórias e suspensivas que facilitem a compreensão do consumidor.
  - IV. É assegurada ao consumidor a liquidação antecipada do débito, total ou parcialmente, mediante redução proporcional dos juros e demais acréscimos.
  - V. Terão legitimidade concorrente para promover a defesa coletiva dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas, a União, os Estados, os Municípios, o Distrito Federal, o Ministério Público, as entidades e órgãos da Administração Pública, direta ou indireta e as associações legalmente constituídas há pelo menos um ano e que tenham incluído entre seus fins institucionais a defesa dos interesses e direitos protegidos pelo CDC.
- a) Apenas as proposições II, III e V estão corretas.
  - b) Apenas as proposições I e IV estão corretas.
  - c) Apenas as proposições I, III e IV estão corretas.
  - d) Apenas as proposições I, IV e V estão corretas.
  - e) Apenas as proposições I, II e V estão corretas.
77. Na conformidade do Código de Defesa do Consumidor, assinale dentre as proposições abaixo elencadas a correta:
- I. O consumidor que se sentir lesado pelo fornecedor poderá buscar judicialmente a reparação dos danos patrimoniais e morais.
  - II. Em consequência de fatos supervenientes que façam as prestações estabelecidas em contrato tornarem-se excessivamente onerosas e desproporcionais, tem o consumidor o direito de postular a modificação das cláusulas contratuais ou mesmo sua revisão.
  - III. Em sede de responsabilidade contratual, o comerciante que se viu obrigado a ressarcir os prejuízos causados a algum consumidor, pelo fato de não estar identificado claramente o fabricante no produto, poderá exercer o direito de regresso contra o responsável a posteriori.
  - IV. O fornecedor estará isento de responsabilidade se comprovar que ignorava os vícios de qualidade por inadequação dos produtos e serviços que contratualmente assumiu para com o consumidor.
  - V. Os fabricantes e importadores deverão assegurar a oferta de componentes e peças de reposição enquanto não cessar a fabricação ou importação do produto. Todavia, se cessadas a produção ou importação, a oferta deverá ser mantida por período razoável de tempo, na forma da lei.
- a) Apenas as proposições I, II, III e V estão corretas.
  - b) Todas as proposições estão corretas.
  - c) Apenas as proposições I, II e IV estão corretas.
  - d) Apenas as proposições II, III e V estão corretas.
  - e) Apenas as proposições I e V estão corretas.
78. Assinale a alternativa **INCORRETA**.  
Dentre outros, constituem meios de recuperação de uma sociedade empresarial:
- a) A vedação do seu usufruto.
  - b) A sua administração compartilhada.
  - c) A venda parcial dos bens da sociedade.
  - d) A alteração do seu controle societário.
  - e) A modificação dos seus órgãos administrativos.

79. Assinale a alternativa correta.  
No referente ao contrato de Mandato Mercantil e de Comissão Mercantil, é dado afirmar:
- a) No contrato de mandato mercantil o mandatário age em nome próprio.
  - b) Trata-se de um único contrato, porém com denominações diversas.
  - c) No contrato de comissão mercantil o comissário contrata em nome próprio ou em nome de sua firma ou razão social.
  - d) O comitente, nos contratos de comissão mercantil, responde perante terceiros pelas obrigações que o comissário, em seu favor, contrair.
  - e) Nenhuma das alternativas é correta.
80. Assinale a alternativa **INCORRETA**.  
No referente aos efeitos da falência sobre os contratos da falida, pode-se concluir:
- a) Não é admitida, nos contratos firmados com sociedade empresária, previsão expressa autorizando sua rescisão no caso de falência de um dos contratantes.
  - b) Os contratos bilaterais cujo cumprimento já foi iniciado por uma das partes não podem ser rescindidos em razão da falência de uma das partes.
  - c) Os contratos bilaterais da falida podem, mesmo sem autorização do juízo, ser cumpridos pelo administrador judicial, se tal cumprimento reduzir ou evitar o aumento do passivo da massa falida.
  - d) A falência não provoca, de regra, a rescisão dos contratos da falida.
  - e) É válida a cláusula rescisão de contrato em razão da mera distribuição de pedido de falência contra um dos contratantes.
81. Assinale a alternativa correta.  
No que pertine à recuperação de empresas – Lei n.º 11.101 de 09/02/2005, é dado concluir:
- a) O plano de recuperação judicial não implica em novação dos créditos anteriores ao pedido.
  - b) De regra, o plano de recuperação judicial acarreta o prejuízo das garantias em favor dos credores e ele sujeitos.
  - c) A decisão judicial que concede a recuperação judicial constitui título executivo judicial.
  - d) O deferimento do processamento do pedido de recuperação judicial não impede que o devedor dele desista, mesmo quando essa desistência não for aprovada pela assembléia-geral de credores.
  - e) Nenhuma das alternativas apresentadas é correta.
82. Em atenção à Lei do Cheque, assinale a opção correta:
- a) O cheque pode ser endossado parcialmente.
  - b) O cheque cruzado não é transmissível por endosso.
  - c) O cheque cruzado não admite mais de um cruzamento.
  - d) A cessão de um cheque nominativo só pode ser feito no próprio cheque.
  - e) Todas as alternativas são incorretas.
83. A respeito dos Convênios Administrativos diz-se:
- I. São acordos firmados por entidades públicas de qualquer espécie, ou entre estas e organizações particulares, para realização de objetivos de interesse comum dos partícipes.
  - II. Convênio é acordo, mas não é contrato.
  - III. A Constituição de 1988 não se refere nominadamente a convênios, mas não impede sua formação como instrumento de associação cooperativa.
  - IV. A Lei n.º 8.666/93 determina a incidência de seus dispositivos, no que couber, a todos os convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados por órgãos ou entidades da Administração.
  - V. O STF vem decidindo que é inconstitucional a norma que exige autorização legislativa, por ferir a independência dos Poderes.
- a) Só a proposição III é incorreta.
  - b) Só as proposições I e V estão corretas.
  - c) Só a proposição V é correta.
  - d) Todas as proposições estão corretas.
  - e) Todas as proposições estão incorretas.

84. Sobre Poderes Administrativos pode-se afirmar:

- I. Poder vinculado é aquele que o Direito Positivo – a lei – confere à Administração Pública para a prática de ato de sua competência, determinando os requisitos necessários à sua formalização.
  - II. Poder discricionário é o que o Direito concede à Administração, de modo explícito ou implícito, para a prática de atos administrativos com liberdade na escolha de sua conveniência, oportunidade e conteúdo.
  - III. O poder hierárquico tem por objetivo ordenar, coordenar, controlar e corrigir as atividades administrativa, no âmbito interno da Administração Pública.
  - IV. Toda condenação criminal por delito funcional acarreta a punição disciplinar, mas nem toda falta administrativa exige sanção penal.
- a) Somente a proposição I é incorreta.
  - b) Todas as proposições estão corretas.
  - c) Todas as proposições estão incorretas.
  - d) Somente a proposição I é correta.
  - e) Nenhuma das alternativas.

85. São cláusulas necessárias em todo contrato decorrente da Lei n.º 8.666/93:

- I. O objeto e seus elementos característicos.
  - II. Os casos de rescisão.
  - III. Os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas.
  - IV. O crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica.
  - V. O regime de execução e a forma de fornecimento.
- a) As proposições I, II, III e IV estão corretas.
  - b) Todas as proposições estão corretas.
  - c) As proposições II, III e V estão incorretas.
  - d) Só a proposição III é incorreta.
  - e) Todas as proposições estão incorretas.

86. Segundo as normas gerais da Administração Pública:

- I. A Administração pode desfazer seus próprios atos por considerações de mérito e de ilegalidade, ao passo que o Judiciário só os pode invalidar quando ilegais.
  - II. A revogação é o desfazimento do ato por motivo de conveniência ou oportunidade da Administração.
  - III. Decreto independente ou autônomo é o que dispõe sobre matéria regulada especificamente em lei.
  - IV. Os efeitos da anulação dos atos administrativos sempre retroagem às suas origens, invalidando, sem exceção, as conseqüências passadas, presente e futuras.
- a) Só a proposição II é correta.
  - b) Todas as proposições são corretas.
  - c) Só a proposição I é correta.
  - d) Somente as proposições I e II estão corretas.
  - e) Todas as proposições são incorretas.

87. Segundo a Lei de Licitações e Contratos Administrativos é **INCORRETO** afirmar. É dispensável a licitação:
- a) Quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
  - b) Na contratação de fornecimento ou suprimento de energia elétrica e gás natural com concessionário, permissionário ou autorizado, segundo as normas da legislação específica.
  - c) Na contratação de associação de portadores de deficiência física, sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade, por órgão ou entidades da Administração Pública, para a prestação de serviços ou fornecimento de mão-de-obra, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.
  - d) Quando houver possibilidade de comprometimento da segurança nacional, nos casos estabelecidos em decreto do Presidente da República, ouvido o Conselho de Defesa Nacional.
  - e) Para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
88. Sobre a Lei n.º 9.504/1997, que estabelece normas para as eleições, é **INCORRETO** afirmar:
- a) A propaganda eleitoral extemporânea, ou seja, aquela realizada até de 5 de julho do ano da eleição, inclusive, é punível com multa no valor de vinte mil a cinquenta mil UFIR ou equivalente ao custo da propaganda, se este for maior.
  - b) A partir de 1º de julho do ano da eleição, é vedado às emissoras de rádio e televisão, em sua programação normal ou noticiário, veicular propaganda política ou difundir opinião favorável ou contrária a candidato, partido, coligação, a seus órgãos ou representantes.
  - c) É proibido aos agentes públicos fazer, na circunscrição do pleito, revisão geral da remuneração dos servidores públicos que exceda a recomposição da perda de seu poder aquisitivo ao longo do ano da eleição, a partir de cento e vinte dias antes da eleição.
  - d) Em eleições municipais, nos municípios com mais de duzentos mil eleitores, se nenhum candidato alcançar maioria absoluta na primeira votação, far-se-á nova eleição no último domingo de outubro, concorrendo os dois candidatos mais votados.
  - e) Será considerado eleito o candidato a Presidente ou a Governador que obtiver a maioria absoluta de votos, não computados os brancos e os nulos.
89. Assinale a alternativa correta:
- a) A cassação de registro de candidatura por prática de captação ilícita de sufrágio depende de demonstração da sua potencialidade de influência no resultado do pleito.
  - b) Os recursos eleitorais têm prazo de três dias fora do período de campanha, e de 24 horas durante esse período, que vai do deferimento do registro de candidatura ao dia do pleito.
  - c) Para se cassar diploma já expedido pela Justiça Eleitoral, por captação ilícita de sufrágio reconhecida em representação eleitoral, é necessária a interposição de recurso contra a expedição de diploma ou de ação de impugnação de mandato eletivo, sem o que subsiste apenas a pena de multa, mas não a de cassação.
  - d) O reconhecimento de abuso do poder político ou econômico depende de investigação judicial eleitoral em que se demonstre a prática de atos de desequilíbrio entre as candidaturas e a pena de inelegibilidade está condicionada à potencialidade de influência do abuso no resultado do pleito.
  - e) Existe litispendência ou conexão, conforme o caso, entre ação de impugnação de mandato eletivo e recurso contra a expedição de diploma com mesmas partes e fundados nos mesmos fatos, eis que ambos os instrumentos judiciais visam a idêntico fim: cassação do mandato.

90. Assinale a alternativa correta:
- a) A propaganda eleitoral realizada fora do prazo legal importa na imposição de multa e sujeita o responsável à cassação do registro de candidatura.
  - b) O recurso contra a expedição de diploma pode ser fundado em inelegibilidade constitucional mesmo que tenha passado em julgado a decisão que deferiu o registro de candidatura.
  - c) Para a apresentação de representação para instauração de investigação judicial eleitoral não é necessária a intervenção de advogado.
  - d) O juiz eleitoral de primeiro grau tem competência, nas eleições municipais, para processar e julgar investigação judicial eleitoral, ação de impugnação de mandato eletivo e recurso contra a expedição de diploma.
  - e) A falta de abertura de conta bancária específica para o candidato importa em mera irregularidade formal, que não enseja rejeição das contas.
91. O Código Tributário Nacional – CTN, quando trata da suspensão do crédito tributário e das certidões negativas disciplina:
- I. A moratória e o depósito do seu montante integral suspendem a exigibilidade do crédito tributário.
  - II. A suspensão da exigibilidade do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja suspenso.
  - III. A certidão negativa será sempre expedida nos termos em que tenha sido requerida e será fornecida dentro de 10 (dez) dias da data da entrada do requerimento na repartição.
  - IV. Tem os mesmos efeitos da certidão negativa a certidão que conste a existência de créditos não vencidos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora, ou cuja exigibilidade esteja suspensa.
- a) Todas as proposições estão incorretas.
  - b) Todas as proposições estão corretas.
  - c) Somente as proposições II e III estão corretas.
  - d) Somente as proposições I e III estão corretas.
  - e) Nenhuma das alternativas .
92. Sobre decadência e prescrição dispõe o Código Tributário Nacional – CTN:
- I. O prazo decadencial, que não se sujeita a suspensões ou interrupções, tem início na data do fato gerador, devendo o fisco efetuar o lançamento no prazo de cinco anos a partir dessa data.
  - II. O prazo prescricional ocorre após o prazo decadencial, e fica na dependência do tipo de lançamento para que se faça a contagem do quinquídio.
  - III. A decadência se interrompe pelo protesto judicial.
  - IV. A prescrição se interrompe por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor e por qualquer ato inequívoco ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor.
- a) Todas as proposições estão corretas.
  - b) Somente as proposições III e IV estão incorretas.
  - c) Somente as proposições I e IV estão corretas.
  - d) Todas as proposições estão incorretas.
  - e) Nenhuma das alternativas.

93. Assinale a alternativa correta.

- a) Para fins de Incidência do ISS nos serviços de assistência médica, devem ser deduzidos os valores relativos aos medicamentos e às diárias hospitalares.
- b) A garantia da anterioridade mínima, também chada de anterioridade nonagesimal, se aplica em cumulação à garantia da anterioridade geral ou de exercício, no que diz respeito à majoração da hipótese de incidência ou de base de cálculo do IPVA.
- c) Não se aplica a sucessão de empresas para fins de responsabilidade tributária, de filial ou unidade produtiva isolada, em processo de recuperação judicial, que tenha sido judicialmente alienada.
- d) O imóvel pertencente a entidade religiosa que esteja locada a terceiro, fica sujeita à incidência do IPTU enquanto perdurar a locação.
- e) Nos termos da legislação vigente a prescrição do crédito tributário se interrompe, no âmbito da execução fiscal, pela citação do devedor.

94. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Os sindicatos e entidades de classe têm legitimidade para impetrar mandado de segurança coletivo para proteção de interesses do meio ambiente.
- b) A preservação da fauna é um dos objetivos da lei de proteção ao meio ambiente e o exercício da caça é absolutamente incompatível com a proteção da fauna.
- c) Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.
- d) Incumbe ao Poder Público exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade.
- e) As ações civis públicas por dano ambiental, em regra, serão propostas perante o juízo onde ocorreu o dano.

95. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) A responsabilidade civil pelos danos ambientais é objetiva.
- b) O princípio do desenvolvimento sustentável tem por conteúdo a manutenção das bases vitais da produção e reprodução do homem e de suas atividades, garantindo igualmente uma relação satisfatória entre os homens e destes com o seu ambiente, para que as futuras gerações também tenham a oportunidade de desfrutar os mesmos recursos que temos hoje a nossa disposição.
- c) Os locais de valor histórico ou artístico podem ser enquadrados nos valores estéticos em geral, cuja degradação afeta também a qualidade ambiental.
- d) A Constituição não prevê a responsabilidade penal da pessoa jurídica por dano ao meio ambiente.
- e) Evidenciada sua existência no princípio de prevenção do dano ambiental, o EIA/RIMA constitui um dos mais importantes instrumentos de proteção ao meio ambiente. A sua essência é preventiva.

96. Assinale, dentre as alternativas abaixo, a correta:

- a) O representante do Ministério Público poderá oferecer representação contra adolescente infrator para aplicação de medida sócio educativa desde que haja prova pré-constituída da autoria e materialidade.
- b) Recebida a representação oferecida pelo Ministério Público, a autoridade judiciária designará data e horário para a audiência de instrução e julgamento, oportunidade em que serão ouvidas as testemunhas arroladas no processo pelas partes.
- c) A Justiça da Infância e da Juventude é competente para conceder a remissão, como forma de suspensão ou exclusão do processo.
- d) No procedimento para a perda ou suspensão do poder familiar iniciado por provocação do Ministério Público, o requerido será citado para oferecer resposta escrita, no prazo de dez dias.
- e) Em cada município haverá, no mínimo, um Conselho Tutelar composto de seis membros, escolhidos pelo Prefeito Municipal, para mandato de três anos, permitida a recondução.

97. Assinale, dentre as alternativas abaixo, a correta. De conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente:
- a) O estágio de convivência nos processos de adoção será dispensado se o adotando não tiver mais de um ano de idade.
  - b) A adoção sempre dependerá do consentimento dos pais ou do representante legal do adotando.
  - c) O vínculo da adoção constitui-se por sentença judicial, cujos efeitos se produzirão somente a partir do trânsito em julgado.
  - d) Não poderão adotar, os avós, irmãos do adotando, os divorciados e os separados judicialmente conjuntamente.
  - e) Todas as alternativas estão incorretas.
98. Assinale, dentre as alternativas abaixo, a correta:
- a) O adolescente e a criança apreendidos em flagrante de ato infracional, serão desde logo, encaminhados à autoridade judicial competente.
  - b) A liberação do adolescente que cumpre medida sócio educativa de internação será compulsória aos dezoito anos.
  - c) A intimação da sentença que aplicar a medida de internação será feita ao adolescente ou seu defensor.
  - d) Nos procedimentos afetos à Justiça da Infância e Juventude, os recursos serão interpostos independentemente de preparo e serão recebidos no efeito devolutivo.
  - e) Nas ações cíveis, fundadas em interesses coletivos e difusos de que cuida o ECA, admitir-se-á litisconsórcio facultativo entre os Ministérios Públicos da União e dos Estados.
99. Assinale a alternativa **INCORRETA**:
- a) Circunscrição judiciária é o agrupamento de Comarcas e Comarcas Não Instaladas, contíguas, com atuação distinta, embora integradas.
  - b) A competência dos órgãos jurisdicionais não pode ser definida por ato do Tribunal de Justiça.
  - c) O Tribunal de Justiça poderá funcionar descentralizadamente, constituindo Câmaras regionais.
  - d) Os Juizados Especiais poderão funcionar descentralizadamente em unidades a serem instaladas em municípios e distritos que compõem as Comarcas, bem como em bairros do município-sede, inclusive de forma itinerante.
  - e) As comarcas são classificadas em quatro entrâncias: inicial intermediária, final e especial.
100. Assinale a alternativa **INCORRETA**:
- a) Em cada sede de município haverá, no mínimo, um Juiz de Paz e um suplente.
  - b) A Academia Judicial é mantida pela Associação dos Magistrados Catarinenses, para formação e aperfeiçoamento dos magistrados.
  - c) É da competência do Conselho da Magistratura, ouvida a Corregedoria-Geral de Justiça, declarar qualquer unidade de divisão judiciária em regime de exceção.
  - d) Em cada comarca haverá ao menos um Tribunal do Júri.
  - e) O Juiz de Paz é eleito pelo voto direto, universal e secreto, com mandato de quatro anos.